(Unidade: euro)

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante
INH	19-5-2005	Benvinda Alves Roque Mateus	21 521,40
INH	27-5-2005	Francisco Lopes Barreto	26 602
INH	30-5-2005	Isabel Maria Sequeira S. Canário	21 536,40
INH	31-5-2005	Domingos Gonçalves Bezerra	15 869,85
INH	31-5-2005	Efimóveis, S. A./Ferreira, S. A.	15 901,48
INH	31-5-2005	Joaquim Correia Botelho	16 184,22
INH	31-5-2005	ALDEIASILHA/A Faustino & Held.	22 432,18
INH	31-5-2005	A. M. Mesquita/José M. D. Gonçalves	22 705,58
INH	31-5-2005	A. M. Mesquita Imob./A. M. M. & F.	23 011,96
INH	6-6-2005	Raul Sequeira Guedes	26 602
INH	15-6-2005	José Esteves da Silva Rolo	18 421,87
INH	15-6-2005	Rita Montenegro Marques	23 672,26
INH	15-6-2005	António Rodrigues	51 154,35
INH	17-6-2005	Manuel Joaquim G. Carvalho	21 536,40

19 de Setembro de 2005. — A Chefe de Secção, *Maria Odete Almeida*.

Despacho n.º 20 668/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo na técnica superior Maria Manuela Pires Sousa Pacheco Pulido Garcia a competência para assinar correspondência e outro expediente necessário à mera instrução dos processos que corram na Secção de Orçamento e Contabilidade.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação no *Diário da República* ficando ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito das matérias compreendidas na presente subdelegação, desde o dia 17 de Julho de 2004.

16 de Setembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Manuel da Rocha Pereira Coutinho*.

Despacho n.º 20 669/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo na gestora da Intervenção Operacional do Ambiente, licenciada Luísa Maria Leitão do Vale, com a faculdade de subdelegar, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar, nos termos da competência concedida aos directores-gerais pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a realização de despesas com obras e aquisições de bens e serviços, incluindo bens duradouros e de investimento, por conta das dotações orçamentais inscritas na medida «Gestão e acompanhamento de fundos comunitários na área do ambiente», projectos «Assistência técnica de intervenção operacional do ambiente» e «Acompanhamento e controlo — Assistência técnica a projectos no âmbito do Fundo de Coesão», do capítulo 50 do orçamento da Secretaria-Geral;
- Autorizar a celebração de contratos relativos à aquisição de bens e serviços até aos montantes delegados, bem como a aprovação das respectivas minutas;
- Autorizar o pagamento das despesas no âmbito do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- Autorizar as alterações orçamentais e a antecipação de duodécimos, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, bem como da legislação orçamental complementar em vigor.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados desde 30 de Maio de 2005.

16 de Setembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Manuel da Rocha Pereira Coutinho*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 756/2005. — Pretende a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares promover a implementação de um conjunto de equipamentos de lazer e desporto, que inclui a construção de um açude, a criação de uma praia fluvial e a implantação de um parque de campismo, na margem direita do rio Mondego, junto da povoação de Louredo, freguesia de Arrifana, município de Vila Nova

de Poiares, utilizando para o efeito, respectivamente, 5870 m² e 13 113 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Portaria n.º 182/93, de 17 de Fevereiro.

Considerando a utilidade e os objectivos do projecto em análise, designadamente o aproveitamento e valorização deste troço do rio Mondego, de forma a permitir a sua fruição pela população local e pelos concelhos vizinhos;

Considerando que a transformação do espaço em causa, já em si aprazível do ponto de vista ambiental e paisagístico, constitui uma alternativa viável ao turismo litoral, traduzindo-se numa valorização turística e no aumento da qualidade de vida da população local;

Considerando a fundamentação apresentada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, designadamente quanto à adequabilidade da solução adoptada em termos de localização e à necessidade de suprir as carências resultantes do encerramento do Parque de Campismo de Coimbra;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Poiares, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 99, de 24 de Agosto de 1993, não obsta à concretização do projecto;

Considerando, ainda, que, na execução do projecto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares deverá dar cumprimento aos condicionamentos expressos no parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, designadamente:

As intervenções em áreas sob jurisdição do domínio hídrico deverão ser objecto de licenciamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro;

Obtenção de parecer prévio favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola da Beira Litoral para utilização não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional, nas situações que não tenham ainda sido objecto deste parecer;

Integração paisagística das estruturas;

Redução das mobilizações do solo ao mínimo indispensável; Consolidação de taludes resultantes de movimentações de terras, de forma a evitar o ravinamento e o transporte anormal de sedimentos, recorrendo a materiais e vegetação característicos da região;

Pavimentação permeável de todas as áreas de circulação, estacionamento e campos de jogos;

Determina-se:

No exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e pelo Ministro da Economia e da Inovação, nos termos do despacho n.º 13 027/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 14 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da implementação de um conjunto de equipamentos de lazer e desporto, que inclui a construção de um açude, a criação de uma praia fluvial e a implantação de um parque de campismo, na margem direita do rio Mondego, junto da povoação de Louredo, freguesia de Arrifana, município de Vila Nova de Poiares, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos supramencionados, o que a não acon-

tecer determina a obrigatoriedade de a proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

1 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

Despacho conjunto n.º 757/2005. — Pretende o grupo GENERG, S. A., promover a construção do parque eólico de Fornelo do Monte, nas freguesias de Fornelo do Monte e de Carvalhal de Vermelhas, no concelho de Vouzela, utilizando, para o efeito, 20 250 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional (REN), por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 186, de 13 de Agosto.

O parque eólico será constituído por 15 aerogeradores e respectivos postos de transformação, redes de cabos enterrados a 30 kV, redes de acessos no interior do parque eólico, um edifício de comando, subestação a 60 kV e linha aérea a 60 kV de ligação do parque eólico às subestações de Vouzela, Viseu e Tondela.

O projecto integra-se na política nacional e comunitária de apoio à produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis e visa a produção de energia até uma potência instalada de 30 MW, permitindo uma produção média anual de 69 GWh de energia limpa.

Considerando os objectivos nacionais de incentivo à valorização de energias renováveis e as metas assumidas com a União Europeia para o período até 2010, neste âmbito;

Considerando que o projecto foi objecto de um estudo de incidências ambientais, no âmbito do qual foram apontadas condições e medidas adequadas a uma correcta implementação do parque eólico, com minimização de impactes sobre a REN e a recuperação e restabelecimento das condições de equilíbrio geofísico das áreas intervenções, garantindo-se assim que ficam salvaguardados a prevenção de fenómenos erosivos, bem como de contaminação de solos e dos recursos hídricos e a manutenção da funcionalidade natural e biofísica das áreas afectadas;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Oleiros, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/94, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 138, de 17 de Junho de 1994, não obsta à concretização do projecto;

Considerando, por fim, que, na execução do projecto, o grupo GENERG, S. A., deverá dar cumprimento aos condicionamentos expressos no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, designadamente:

- Obtenção de parecer prévio do Instituto Geográfico de Portugal, face à proximidade do aerogerador 5 ao marco geodésico de Janus;
- Obtenção de autorização da Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, com vista à utilização não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional, nomeadamente para a construção da linha eléctrica;
- O projecto de execução deve conter informação sobre balanços de terras, áreas de escombrelas e localização dos apoios da linha eléctrica;
- Entrega, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, do *layout* definitivo do parque eólico e do caderno de encargos, que deverá incluir o plano de acompanhamento ambiental da obra pormenorizado, contendo as medidas preconizadas pelo proponente e ainda as indicadas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, bem como os planos de recuperação das áreas afectadas, ao abrigo do despacho conjunto n.º 51/2004, de 31 de Janeiro, de monitorização da avifauna e morcegos e de monitorização da flora e vegetação;
- Apresentação, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, antes do início dos trabalhos, do balanço global de terras a efectuar, indicando ainda os locais de deposição permanente de terras sobranes e a localização dos apoios da linha eléctrica;
- Considerando que, em consequência das terraplanagens a efectuar, será necessário proceder ao eventual depósito temporário de inertes, considera-se que as respectivas áreas devem ser predefinidas e balizadas, de modo a impedir afectações de áreas superiores, de acordo com as conveniências pontuais;
- Cumprimento de todas as orientações e medidas de minimização e monitorização propostas no estudo de incidências ambientais;
- No edifício de comando deverão ser utilizados acabamentos exteriores e cores dentro das linhas construtivas locais, promovendo uma boa integração paisagística;
- Não impermeabilização de acessos nem das plataformas dos aerogeradores;

Construção de estruturas de drenagem das águas pluviais adequadas, nomeadamente valetas e passagens hidráulicas nos acessos;

Embora a área do parque não se encontre abrangida por qualquer servidão de unidades afectas à Força Aérea, considera-se que, se após a montagem dos aerogeradores surgir algum conflito desta natureza, o proponente deverá comprometer-se a efectuar as correcções necessárias;

Acompanhamento da fase da obra pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, devendo o proponente comunicar o início dos trabalhos;

O proponente deve alertar as entidades normalmente envolvidas na prevenção e no combate a incêndios florestais, nomeadamente o Serviço Nacional de Protecção Civil, as corporações de bombeiros dos concelhos de Oliveira de Frades, Tondela e Vouzela, a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e a Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, sobre a construção e instalação do projecto;

Devem também ser informadas as entidades utilizadoras do espaço aéreo na zona envolvente do projecto, da construção e instalação do parque eólico e respectiva linha de transporte de energia;

Deve ser assegurada a regular manutenção, conservação e limpeza dos acessos ao parque eólico, de modo a evitar a propagação de eventuais incêndios e a garantir o acesso e circulação de veículos de combate a incêndios florestais;

Verificação do crescimento florestal, sob a linha de transporte de energia eléctrica, de modo a detectar atempadamente situações de crescimento exagerado de árvores que possam aproximar-se da linha a distâncias inferiores aos valores de segurança;

Dado o provável aumento da frequência de observadores à zona do parque eólico, deve ser colocada sinalética disciplinadora e condicionante de comportamentos que suscitem um aumento do risco de incêndio, tais como foguear;

A desmatação e o corte de árvores deve ser reduzido ao mínimo indispensável;

A localização dos estaleiros não deve implicar o corte de espécies arbóreas;

Os acessos aos locais das obras, nomeadamente aos aerogeradores e às infra-estruturas de apoio, devem fazer-se por acessos já existentes ou a partir deles, com traçados que evitem declives acentuados;

Na instalação do parque, a alteração do coberto vegetal deve ser reduzida ao mínimo necessário;

As movimentações de máquinas devem ser limitadas ao estritamente necessário, preservando, na medida do possível, a flora, a vegetação e a fauna local;

As acções que envolvam desmatação, descompactação e movimentação de solo devem restringir-se aos locais absolutamente necessários e devem ser efectuadas de forma que não haja lapsos de tempo entre estas e a implementação das estruturas projectadas;

Deve ser construída uma bacia de retenção de produtos poluentes, impermeabilizada por uma tela, e sem recurso a materiais estruturantes, devendo no final da obra a mesma ser removida, após a recolha e o tratamento dos produtos aí depositados;

Interditar, quer durante a fase de construção quer de exploração, a circulação de veículos motorizados não afectos ao empreendimento na área do parque, salvo nas situações em que os proprietários dos terrenos envolventes necessitem de acesso aos mesmos e em situações de emergência, mediante a implementação de estruturas eficazes para este fim, cuja manutenção terá de ser assegurada pelo promotor, até à desactivação do projecto. Caso não seja possível interditar a circulação no acesso existente, terá de ser reposta a qualidade inicial do mesmo;

Aquando da construção de acessos e da melhoria dos acessos existentes, deve ser delimitada uma faixa de 5 m de largura em ambos os lados dos mesmos, fora da qual não será permitida qualquer intervenção, incluindo a circulação de veículos e pessoas;

No que respeita às terras de empréstimo, devem ser utilizados, preferencialmente, locais de empréstimo de terras já anteriormente utilizados (por exemplo, explorações a céu aberto/pedreiras), em detrimento da abertura de novas cicatrizes na paisagem;

Aquando da fase de desactivação do parque eólico, o promotor será responsável pelo desmantelamento e remoção de todos os aerogeradores, subestação e linha eléctrica aérea, assim como pela restauração da vegetação no local de implantação do parque eólico, de modo a devolver à área o seu estado natural anterior;